CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição:29 • Sábado, 11 de Julho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

PAULISTA:

A CIDADE DAS CHAMINÉS NÃO MERECE VIVER SOB A FUMAÇA DO ABANDONO

DIVULGAÇÃO



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO



Anac garante assentos gratuitos para menores de 16 anos ao lado de responsáveis em voos comerciais PÁG. 2



Uso excessivo de telas aumenta risco de miopia e fadiga visual, alertam especialistas PÁG. 2

ECA completa 36 anos com avanços na proteção de crianças e adolescentes e novos desafios no ambiente digital PÁG. 3



Governo do Estado apresenta balanço da Operação Chuvas PÁG. 4

Fenearte 2026 é uma das principais opções de lazer, cultura e compras para o fim de semana e durante toda a semana em Pernambuco PÁG. 4

Governo Federal anuncia novas regras para publicidade de bets; medida é um dos pedidos da ação popular de Antônio Campos que pede restrições semelhantes às de cigarros e bebidas alcoólicas PÁG. 3





Recife entre a revitalização e a exclusão PÁG. 3

Anac garante assentos gratuitos para menores de 16 anos ao lado de responsáveis em voos comerciais

DIVULGAÇÃO



A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) publicou a Resolução nº 807/2026, que obriga as companhias aéreas a garantir que passageiros menores de 16 anos viagem em assentos contíguos aos de seus pais, responsáveis legais ou familiares, sem cobrança de taxa adicional pela marcação do lugar. A norma foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União e já está em vigor.

A medida atende a uma decisão da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e transforma em resolução uma regra que já vinha sendo aplicada pela Anac desde novembro de 2023, por meio de uma portaria. Com isso, o direito passa a estar expressamente previsto na regulamentação da agência, oferecendo maior segurança jurídica aos passageiros e às empresas aéreas.

Pela nova regulamentação, as empresas deverão assegurar que crianças e adolescentes com menos de 16 anos sejam acomodados ao lado de, pelo menos, um responsável ou familiar desde o momento da compra da passagem ou quando houver necessidade de alteração da reserva. A companhia aérea não poderá cobrar qualquer valor adicional apenas para garantir que o menor viaje acompanhado.

A Anac esclarece, no entanto, que esse direito não se confunde com o serviço de marcação antecipada de assentos específicos, que continua podendo ser cobrado pelas empresas. Caso o passageiro deseje escolher previamente um determinado lugar na aeronave, como assentos localizados nas primeiras fileiras, nas saídas de emergência (quando permitido) ou com espaço extra para as pernas, a cobrança continuará sendo autorizada. Da mesma forma, permanece válida a cobrança por mudança para classes superiores, como executiva ou premium.

Nos casos em que o passageiro optar por não pagar pela escolha antecipada de assento, a empresa aérea poderá distribuir os lugares conforme seus critérios operacionais. Mesmo assim, será obrigada a garantir que o menor permaneça sentado ao lado do responsável durante todo o voo.

A resolução também prevê punições para as companhias que descumprirem a determinação. As empresas estarão sujeitas às sanções administrativas previstas pela Anac, incluindo multas estabelecidas na legislação da aviação civil. O objetivo é impedir que famílias sejam obrigadas a pagar valores extras apenas para manter crianças e adolescentes próximos de seus responsáveis durante a viagem.

Segundo a Anac, a regulamentação reforça os direitos dos consumidores e busca evitar situações que vinham gerando reclamações frequentes, principalmente após a expansão da cobrança por serviços acessórios no transporte aéreo, como marcação de assentos, despacho de bagagens e embarque prioritário. A agência ressalta que a proteção às crianças e adolescentes deve prevalecer, garantindo conforto, segurança e assistência durante o voo.

Especialistas em direito do consumidor avaliam que a medida representa um avanço na proteção dos passageiros, especialmente para famílias que viajam com crianças. Além de proporcionar mais tranquilidade durante as viagens, a norma evita custos adicionais e reduz conflitos entre consumidores e companhias aéreas relacionados à acomodação de menores de idade.

Uso excessivo de telas aumenta risco de miopia e fadiga visual, alertam especialistas

Homem teria praticado gestos de cunho sexual direcionados à vítima

Celulares, computadores, tablets e televisores têm contribuído para o aumento dos casos de miopia, olhos secos e fadiga visual, problemas que preocupam especialistas em saúde ocular em todo o mundo. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que, até 2050, cerca de metade da população mundial poderá ser míope, tornando a prevenção um dos principais desafios da saúde pública. Estudos internacionais também indicam que cada hora extra diária em frente às telas pode aumentar em aproximadamente 21% o risco de desenvolvimento da miopia. No Brasil, levantamentos da Sociedade Brasileira de Oftalmologia (SBO) mostram que os diagnósticos da condição entre crianças e adolescentes cresceram mais de 35% na última década, reflexo das mudanças no estilo de vida e do aumento do tempo dedicado aos dispositivos eletrônicos.

Além da miopia, a exposição prolongada às telas está associada ao

DIVULGAÇÃO



ressecamento ocular, dores de cabeça, visão embaçada, cansaço visual e dificuldade de concentração. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), durante o uso de celulares e computadores a frequência do piscar diminui significativamente, reduzindo a lubrificação natural dos olhos e favorecendo sintomas como ardência, vermelhidão, coceira e sensação de areia nos olhos.

De acordo com o oftalmologista Herminio Bezerra Resende Filho, o aumento desses casos está diretamente ligado às mudanças na rotina da população, principalmente entre crianças e adolescentes. "Passamos cada vez mais tempo em ambientes fechados e olhando para telas muito próximas dos olhos. Esse comportamento favorece o surgimento da miopia e provoca uma sobrecarga constante da visão, resultando em sintomas como olhos secos, dor de cabeça e dificuldade para focar após longos períodos de uso", explica.

Outro fator apontado pelos especialistas é a redução da exposição à luz natural. Pesquisas demonstram que a luz solar desempenha um papel importante no desenvolvimento saudável dos olhos, ajudando a controlar o crescimento do globo ocular e reduzindo o risco de progressão da miopia.

O médico ressalta que a prevenção depende da adoção de hábitos simples no dia a dia.

"A prevenção começa com hábitos simples. Incentivar atividades ao ar livre, respeitar os limites de tempo de tela e fazer pausas frequentes durante o uso dos dispositivos são medidas que fazem diferença na saúde ocular. Além disso, consultas periódicas ao oftalmologista permitem identificar alterações precocemente e iniciar o tratamento quando necessário", orienta.

Para reduzir os impactos do uso excessivo das telas, o Ministério da Saúde recomenda limitar o tempo de exposição conforme a faixa etária: até uma hora por dia para crianças de 2 a 5 anos, no máximo duas horas para crianças de 6 a 10 anos e até três horas diárias para adolescentes entre 11 e 17 anos. Outra recomendação é seguir a chamada regra 20-20-20: a cada 20 minutos utilizando telas, olhar por 20 segundos para um ponto localizado a cerca de seis metros de distância, permitindo o relaxamento da musculatura ocular.

Pesquisas também mostram que os efeitos do uso prolongado dos dispositivos eletrônicos vão além da saúde dos olhos. Um estudo publicado na Revista Brasileira de Oftalmologia revelou que mais de 75% dos participantes utilizavam telas por mais de cinco horas diárias. Entre os sintomas mais frequentes estavam olhos secos, vermelhos, sensação de cansaço, visão turva e dores de cabeça.

Especialistas reforçam que a tecnologia faz parte da rotina da população e oferece inúmeros benefícios, mas deve ser utilizada de forma equilibrada. A combinação de pausas durante o uso das telas, atividades ao ar livre e acompanhamento oftalmológico periódico é considerada fundamental para preservar a visão e prevenir doenças que podem comprometer a qualidade de vida ao longo dos anos.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

ECA completa 36 anos com avanços na proteção de crianças e adolescentes e novos desafios no ambiente digital

DIVULGAÇÃO



O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa, neste 13 de julho, 36 anos consolidado como um dos mais importantes instrumentos de garantia de direitos da infância e da adolescência no Brasil. Criado pela Lei nº 8.069, de 1990, o estatuto rompeu com a antiga visão de que crianças e adolescentes eram apenas objetos de tutela do Estado e passou a reconhecê-los como sujeitos de direitos, assegurando proteção integral e prioridade absoluta, conforme determina a Constituição Federal.

Ao longo de mais de três décadas, o ECA promoveu uma profunda transformação nas políticas públicas voltadas à infância. O estatuto fortaleceu a atuação dos Conselhos Tutelares, ampliou o combate ao trabalho infantil, aperfeiçoou os mecanismos de enfrentamento à violência, regulamentou a adoção, garantiu direitos à educação, à saúde, à convivência familiar e comunitária e estabeleceu medidas de proteção para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Especialistas apontam que, apesar dos avanços, ainda existem desafios importantes. Casos de violência doméstica, exploração sexual, evasão escolar, trabalho infantil, recrutamento de adolescentes por organizações criminosas e o aumento dos crimes praticados pela internet mostram que a proteção da infância precisa acompanhar as mudanças da sociedade.

OS AVANÇOS DO ECA

Entre as principais conquistas proporcionadas pelo Estatuto estão a criação de uma rede nacional de proteção à infância, a ampliação das políticas de acolhimento familiar, o fortalecimento dos direitos de crianças com deficiência, maior rigor na responsabilização de autores de crimes contra menores e a garantia de acesso universal à educação e aos serviços públicos essenciais.

O estatuto também consolidou o papel da família, da sociedade e do Estado como responsáveis conjuntos pela proteção integral de crianças e adolescentes, princípio que continua sendo a base das políticas públicas brasileiras.

O NOVO DESAFIO: A PROTEÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL

Se há 36 anos as principais preocupações envolviam abandono, violência física e exploração do trabalho infantil, hoje a internet passou a representar um dos maiores desafios para a proteção de crianças e adolescentes.

Diante desse novo cenário, entrou em vigor neste ano o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA Digital, que atualiza a legislação para enfrentar os riscos existentes nas plataformas digitais, redes sociais, aplicativos, jogos eletrônicos e demais serviços de tecnologia.

A nova legislação estabelece responsabilidades para empresas de tecnologia, plataformas digitais, famílias e poder público, buscando reduzir a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos violentos, exploração sexual, golpes, aliciamento, cyberbullying, incentivo à automutilação, jogos de azar, publicidade abusiva e outras ameaças presentes no ambiente virtual.

Entre as principais medidas estão a obrigatoriedade de mecanismos de verificação de idade, ferramentas de supervisão parental, maior transparência das plataformas, proteção de dados pessoais de menores e procedimentos mais rápidos para denúncia e remoção de conteúdos ilegais envolvendo crianças e adolescentes.

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA

O ECA Digital reforça que proteger crianças na internet não é dever exclusivo dos pais. A legislação estabelece responsabilidade compartilhada entre famílias, Estado, escolas e empresas de tecnologia, que passam a ter obrigações específicas para prevenir riscos e criar ambientes digitais mais seguros.

A legislação também fortalece a atuação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), responsável por fiscalizar o cumprimento das novas regras e aplicar sanções quando houver descumprimento das normas.

O futuro da proteção infantil

Passados 36 anos de sua criação, o Estatuto da Criança e do Adolescente permanece como referência internacional na defesa dos direitos da infância. A atualização promovida pelo ECA Digital demonstra que a proteção integral precisa acompanhar as transformações tecnológicas e sociais.

O desafio agora é garantir que os direitos conquistados ao longo dessas mais de três décadas também sejam efetivamente respeitados no ambiente virtual, onde milhões de crianças e adolescentes brasileiros passam parte significativa do seu dia conectados. A combinação entre legislação, educação digital, participação das famílias e fiscalização das plataformas será decisiva para assegurar que a internet seja um espaço de aprendizagem, convivência e desenvolvimento, e não de violência e exploração.

Recife entre a revitalização e a exclusão

DIVULGAÇÃO



O Recife vive uma contradição cada vez mais difícil de esconder. Enquanto a Prefeitura investe milhões na construção de uma imagem de cidade moderna, sustentável e inovadora, a população enfrenta uma realidade marcada pelo abandono de serviços essenciais e pela degradação de espaços públicos.

A gestão municipal parece governar mais para as redes sociais do que para as ruas. Na propaganda oficial, a capital é referência em inovação. Na vida real, buracos se multiplicam, calçadas permanecem intransitáveis, o trânsito piora, canais seguem assoreados, alagamentos se repetem a cada inverno e a sensação de insegurança cresce em diversas regiões.

O Centro do Recife é o retrato mais evidente desse fracasso. Imóveis históricos deteriorados, comércio enfraquecido, população em situação de rua aumentando e equipamentos públicos sem a manutenção necessária revelam uma cidade que perde sua identidade enquanto o discurso oficial insiste em vender uma revitalização que ainda não chegou para quem vive e trabalha ali.

O que se vê é uma gestão que privilegia projetos de grande impacto visual e forte apelo publicitário, enquanto problemas estruturais permanecem sem solução. O cidadão comum não mede a eficiência de um governo pelas peças de propaganda. Mede pelo tempo que passa preso no trânsito, pela dificuldade de caminhar pelas ruas, pelo medo de circular à noite e pela ausência de respostas para demandas básicas.

A Prefeitura também precisa responder a uma crítica cada vez mais presente: a prioridade dada à valorização imobiliária de determinadas áreas sem uma política consistente de habitação, inclusão social e fortalecimento do comércio popular. O risco é transformar o Recife em uma cidade bonita para investidores e turistas, mas cada vez mais hostil para seus próprios moradores. Não faltam anúncios. Não faltam campanhas. O que falta é a percepção, nas ruas, de que a qualidade dos serviços públicos evolui na mesma velocidade da publicidade institucional.

Recife merece mais do que uma gestão preocupada em construir uma narrativa de sucesso. Merece uma administração capaz de enfrentar os problemas históricos da cidade com planejamento, transparência e coragem. Porque nenhuma estratégia de comunicação consegue esconder, por muito tempo, o que a população encontra todos os dias ao sair de casa.

Quando o marketing passa a ser mais eficiente que a gestão, a propaganda deixa de refletir a realidade e passa a substituí-la. E esse talvez seja o maior problema da atual administração municipal.

Governo do Estado apresenta balanço da Operação Chuvas

DIVULGAÇÃO



Com investimento de R$ 168,9 milhões em diversas áreas, o Governo de Pernambuco apresentou, nesta quinta-feira (9), o balanço da Operação Chuvas e do Auxílio Pernambuco 2026. As ações incluíram resposta emergencial, assistência social, repasses financeiros e combate à fome para as famílias atingidas pelas chuvas intensas dos dias 1º de maio e 27 de junho, que afetaram a Região Metropolitana do Recife (RMR), a Zona da Mata e o Agreste. A coletiva de imprensa foi realizada no auditório da Secretaria de Defesa Social (SDS), no bairro de Santo Amaro, no Recife.

Participaram da coletiva representantes do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil, da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas (SAS), da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), da Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento (SRHS) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER).

A secretária de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas, Andreza Pacheco, explicou como foi realizado o levantamento das famílias beneficiadas e destacou a ampliação do alcance do auxílio. “Fizemos o levantamento do número de famílias a partir dos dados que recebemos no princípio da situação de emergência, no dia 1º de maio. Com a aprovação imediata pela Alepe, 3.500 famílias, 40% a mais do que o indicado inicialmente, foram beneficiadas com a parcela única de R$ 2.500”, disse.

A SAS atuou diretamente nos municípios em emergência, com equipes técnicas em articulação com as Defesas Civis. O Decreto nº 60.542, de 2 de maio de 2026, reconheceu situação de emergência em 27 municípios, entre eles o Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista, Camaragibe, Abreu e Lima, Goiana, Nazaré da Mata e Vitória de Santo Antão.

Totalizando R$ 8,75 milhões em investimentos, o Auxílio Pernambuco 2026 contemplou 24 municípios que enviaram as informações necessárias para viabilizar o benefício, enquanto três informaram não possuir público elegível.

Para receber o auxílio, três critérios têm que ser cumulativamente seguidos: residir nos 27 municípios que estavam decretados, nas áreas afetadas desses municípios; estar no Cadastro Único do Governo Federal, com renda per capita familiar de até meio salário mínimo; e ter o atestado da defesa civil municipal de que realmente foi uma família atingida pelas chuvas. Além desses critérios, que habilitam as famílias para receber o auxílio, há, ainda, circunstâncias de prioridade previstas no decreto.

O Estado também reforçou ações preventivas, mantendo as tropas em prontidão e monitorando áreas de risco. Entre 2 de maio e 8 de julho - véspera do balanço apresentado nesta quinta - mais de 160 equipes foram mobilizadas em campo. No âmbito da Defesa Civil, foi investido R$ 1,3 milhão em ajuda humanitária, com a entrega de 19.888 itens de necessidade básica - entre colchões, lençóis, kits de limpeza e higiene e cestas básicas - e 19.840 litros de água a famílias atingidas em 19 municípios.

“O Estado acionou todos os seus órgãos e entidades para resposta imediata. Nesses eventos, foram emitidos alertas para preparação e evacuação de áreas de risco. A partir do dia 1º de maio, o Governo do Estado sobrevoou as áreas afetadas, realizou reuniões com as prefeituras e as defesas civis municipais e decretou 27 municípios em situação de emergência”, disse o secretário de Defesa Civil de Pernambuco, Coronel Clóvis Ramalho.

Na área de mobilidade urbana, a Seduh, por meio da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab), investiu cerca de R$ 85 milhões em ações emergenciais em 23 municípios atingidos pelas chuvas. Desde o início de maio, 300 máquinas atuam na região, organizadas em patrulhas mecanizadas voltadas à recuperação de estradas vicinais, passagens molhadas e pontes, além da limpeza e desassoreamento de canais e rios. As intervenções abrangem municípios da Região Metropolitana do Recife, da Zona da Mata e do Agreste, com frentes de trabalho na recuperação de vias e na desobstrução de rios e canais, entre eles o Beberibe e o Tejipió, no Recife.

“Nosso foco deu uma resposta eficiente às demandas das prefeituras e da população. A formatação dessas patrulhas mecanizadas nos permitiu atuar de forma simultânea e emergencial, restabelecendo acessos e prevenindo alagamentos críticos”, destaca o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Rodrigo Ribeiro.

O DER-PE investiu R$ 69,76 milhões em ações emergenciais. Desse total, já foram concluídas obras no valor de R$ 10,56 milhões, destinadas a erosões em estradas e bueiros obstruídos. "O DER, desde o início das chuvas, imediatamente disponibilizou 18 equipes em campo, onde realizamos um levantamento com maquinário e liberamos as rodovias. Foram feitas mais de dez contenções de erosão, duas pontes estão sendo recuperadas e diversas passagens molhadas foram retiradas, sendo todas elas refeitas", afirmou o diretor-presidente do DER-PE, André Fonseca.

A SRHS, por meio da Compesa, empregou R$ 3 milhões para resposta operacional, movimentando mais de 30 caminhões-pipa para mitigar os efeitos das chuvas. "A Compesa, companhia de saneamento vinculada à Secretaria, mobilizou 300 profissionais, investindo R$ 3 milhões nos reparos e atendimentos de pronta necessidade para permitir a volta à normalidade do abastecimento de água das pessoas”, declarou o secretário de Recursos Hídricos e Saneamento, Almir Cirilo.

O Estado também destinou R$ 1,224 milhão para cofinanciar benefícios emergenciais, com repasses proporcionais ao porte dos municípios. As ações de combate à fome foram reforçadas pelas Cozinhas Solidárias, que distribuíram mais de 10 mil refeições, além de kits de alimentação, água, café e outros itens essenciais. O atendimento se concentrou no Recife e em cidades como Moreno, Camaragibe, Olinda e Jaboatão dos Guararapes.

AÇÕES PREVENTIVAS

Além da resposta emergencial, o Governo de Pernambuco tem investido R$ 2 bilhões em ações de prevenção a desastres. O montante está dividido entre três frentes: R$ 347,6 milhões para contenção de encostas, R$ 837 milhões para obras de macrodrenagem e R$ 875,6 milhões para construção de barragens de contenção de cheias.

No programa de contenção de encostas, R$ 74,9 milhões em obras já foram concluídos, R$ 208,9 milhões estão em andamento e R$ 63,83 milhões estão em fase de licitação. Na macrodrenagem, destaca-se o Canal do Fragoso, em Olinda, orçado em R$ 472 milhões e com 71% de execução, além da dragagem do Rio Beberibe, no Recife, no valor de R$ 145 milhões, que segue em processo de licitação. Já entre as barragens para contenção de cheias, R$ 406,9 milhões em obras já foram concluídos, enquanto outras quatro barragens, entre elas Gatos, Igarapeba e Barra de Guabiraba, seguem em construção ou em fase de licitação, com previsão de conclusão entre 2026 e 2027.

Fenearte 2026 é uma das principais opções de lazer, cultura e compras para o fim de semana e durante toda a semana em Pernambuco

DIVULGAÇÃO



Quem ainda não visitou a Fenearte 2026 tem uma excelente oportunidade neste fim de semana ou ao longo da próxima semana. A Feira Nacional de Negócios do Artesanato, considerada a maior do segmento na América Latina, já está em andamento no Pernambuco Centro de Convenções, em Olinda, reunindo milhares de visitantes, artesãos e empreendedores de diversas regiões do Brasil e de outros países.

Em sua 26ª edição, a feira reúne mais de 5 mil artesãos, artistas populares e expositores, distribuídos em cerca de 700 espaços. O público encontra uma grande variedade de produtos, como peças em cerâmica, madeira, barro, couro, renda, bordados, cestaria, brinquedos artesanais, esculturas, biojoias, móveis, artigos de decoração, vestuário, acessórios e itens produzidos por comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas.

Neste ano, a Fenearte presta homenagem aos Seleiros de Pernambuco, mestres artesãos responsáveis pela confecção de selas e artefatos em couro, destacando uma tradição centenária que faz parte da identidade cultural pernambucana.

Além da área de exposição e comercialização de produtos, a programação oferece atrações para todas as idades. São dezenas de oficinas de artesanato, demonstrações de técnicas tradicionais, rodas de conversa, palestras, espaço gastronômico com pratos típicos da culinária pernambucana e nordestina, além de desfiles de moda que valorizam o trabalho de estilistas e designers que utilizam o artesanato como matéria-prima para suas criações.

A programação cultural também é um dos grandes atrativos da feira. Durante toda a semana, o público poderá acompanhar apresentações de grupos de cultura popular, dança, música e espetáculos que representam a diversidade cultural de Pernambuco. Entre os destaques da programação estão shows de artistas como Marcelo Jeneci e Flaira Ferro, além de diversas atrações ligadas ao projeto Pernambuco Meu País.

A Fenearte também movimenta a economia criativa do Estado. A expectativa é que milhares de visitantes passem pela feira ao longo dos onze dias de evento, impulsionando as vendas dos artesãos e gerando oportunidades de negócios, renda e divulgação da produção artesanal pernambucana para compradores de todo o Brasil e do exterior.

Para facilitar o acesso do público, há transporte gratuito com saídas de alguns shoppings da Região Metropolitana do Recife até o Centro de Convenções. O evento também conta com estacionamento, praça de alimentação, espaços de descanso, acessibilidade para pessoas com deficiência e estrutura preparada para receber famílias.

A Fenearte segue até o dia 19 de julho. De segunda a sexta-feira, a feira funciona das 14h às 22h. Aos sábados e domingos, o horário é ampliado, com funcionamento das 10h às 22h, permitindo que o público aproveite a programação durante todo o dia.

Os ingressos custam R$ 16 (inteira) e R$ 8 (meia-entrada) de segunda a sexta-feira. Aos sábados e domingos, os valores são de R$ 20 (inteira) e R$ 10 (meia-entrada), com gratuidade para os públicos previstos em lei.

Mais do que uma feira de artesanato, a Fenearte se consolida como um dos maiores eventos culturais e turísticos de Pernambuco, valorizando a cultura popular, fortalecendo a economia criativa e oferecendo ao público uma experiência que reúne arte, tradição, gastronomia, música e identidade nordestina em um só lugar.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

PAULISTA NÃO É APENAS MAIS UM MUNICÍPIO DA REGIÃO

Paulista não é apenas mais um município da Região Metropolitana do Recife. É uma cidade que ajudou a escrever a história do desenvolvimento industrial de Pernambuco. Conhecida como a "Cidade das Chaminés", tornou-se símbolo da força da indústria têxtil nordestina, atraindo trabalhadores, movimentando a economia e construindo uma identidade que atravessa gerações.

As antigas chaminés não representam apenas fábricas. Representam um tempo em que Paulista era referência de crescimento, geração de empregos e prosperidade. É um patrimônio histórico que deveria inspirar o futuro, e não servir apenas como lembrança de um passado mais promissor.

Infelizmente, basta percorrer as ruas da cidade para perceber um contraste doloroso entre sua história e a realidade atual.

Em diversos bairros, a população convive diariamente com vias esburacadas, calçadas deterioradas, deficiência na iluminação pública, equipamentos públicos que necessitam de manutenção e acúmulo de lixo em diferentes pontos. As reclamações se repetem e se espalham por praticamente todo o município.

A Avenida Costa Azul, um dos principais corredores da cidade, tornou-se um retrato desse cenário. Moradores denunciam alagamentos frequentes, problemas de drenagem e dificuldades de mobilidade, especialmente durante o período de chuvas. O que deveria ser uma importante via de acesso acaba simbolizando a falta de planejamento urbano.

O problema, porém, vai além dos buracos. O lixo acumulado em ruas e canais, muitas vezes acompanhado pela presença de animais, evidencia uma situação que compromete a saúde pública, prejudica o meio ambiente e reduz a qualidade de vida da população. Não é apenas uma questão estética; trata-se de dignidade para quem vive na cidade.

Nos últimos meses, moradores chegaram a realizar protestos cobrando saneamento básico, pavimentação e melhorias na infraestrutura, demonstrando que o sentimento de insatisfação deixou de ser isolado e passou a refletir uma cobrança coletiva por respostas efetivas.

DIVULGAÇÃO





Paulista tem localização privilegiada, um dos litorais mais bonitos de Pernambuco, forte potencial turístico, tradição industrial, comércio ativo e uma população trabalhadora. Não lhe falta vocação para crescer. O que falta é transformar esse potencial em políticas públicas permanentes, planejamento urbano eficiente e serviços públicos capazes de atender às necessidades da população.

Uma cidade com tamanha importância histórica não pode se acostumar com o improviso. Não pode aceitar que o abandono se torne paisagem.

As chaminés que um dia anunciaram progresso continuam de pé, lembrando diariamente que Paulista já foi exemplo de desenvolvimento. Talvez esteja na hora de a gestão pública olhar para elas não apenas como monumentos do passado, mas como um chamado para reconstruir o futuro.

Porque uma cidade com tanta história merece voltar a ser referência, não pelas reclamações, mas pela qualidade de vida que oferece aos seus cidadãos.

Governo Federal anuncia novas regras para publicidade de bets; medida é um dos pedidos da ação popular de Antônio Campos que pede restrições semelhantes às de cigarros e bebidas alcoólicas

O anúncio do Governo Federal de novas restrições à publicidade das plataformas de apostas esportivas ("bets") atende um dos pedidos da ação popular que tramita na Justiça Federal e pede que a propaganda do setor receba tratamento semelhante ao aplicado aos cigarros e às bebidas alcoólicas.

A ação foi proposta pelo advogado Antônio Campos, perante a Justiça Federal de Brasília, contra a União, ante omissão, que defende a adoção de medidas mais rígidas para a publicidade das casas de apostas, incluindo advertências obrigatórias sobre os riscos do jogo e limitações à veiculação de anúncios, especialmente durante grandes eventos esportivos.

As novas regras anunciadas pelo Governo Federal determinam que toda publicidade de bets passe a exibir alertas como "Apostar pode causar dependência", "Apostar faz você perder dinheiro" e "Aposta não é investimento". A



regulamentação também proíbe peças publicitárias que apresentem as apostas como forma de enriquecimento, utilizem expressões que estimulem apostas por impulso ou transmitam sensação de urgência. Além disso, comentaristas esportivos não poderão incentivar apostas durante transmissões e campanhas não poderão associar o jogo ao sucesso financeiro ou à solução de problemas econômicos.

Após o anúncio das medidas, Antônio Campos protocolou uma petição na 5ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal informando o fato superveniente no processo. Segundo ele, a iniciativa do Executivo fortalece a tese apresentada na ação ao evidenciar que a própria União passou a reconhecer a necessidade de ampliar o controle sobre a publicidade das apostas esportivas.

Na manifestação encaminhada à Justiça, o advogado sustenta que a regulamentação administrativa não afasta a necessidade de uma decisão judicial. Entre os argumentos apresentados está o de que as medidas anunciadas pelo governo podem ser contestadas por empresas do setor ou sofrer alterações futuras.

Por esse motivo, a petição defende que uma decisão judicial consolidando essas restrições proporcionaria maior estabilidade e segurança jurídica, reduzindo o risco de retrocessos. O pedido também busca que as limitações sejam preservadas durante a Copa do Mundo e outros eventos esportivos de grande audiência, períodos em que a publicidade das plataformas de apostas costuma ser intensificada.

Na petição, Antônio Campos requer a juntada da notícia sobre as novas regras aos autos, a intimação da União para apresentar os detalhes da regulamentação e o reconhecimento de que o fato superveniente reforça os fundamentos da ação popular e a sua procedência.